

A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?*

The constitution of history as science in the nineteenth century and their older models: end of an illusion or a future inheritance?

Pascal Payen

Professor
Université de Toulouse II - Le Mirail
payen@univ-tlse2.fr
5 allées Antonio Machado
31058 Toulouse Cedex 9
França

Resumo

O objetivo do artigo é o de analisar a relação entre a constituição da história como disciplina científica no século XIX e os modelos antigos da historiografia. Nesse sentido, serão abordados as diferentes concepções de história do século XVI ao XVIII, as mutações historiográficas do início do século XIX, e, por fim, a importância de Tucídides para a constituição da ciência histórica, sobretudo, na Alemanha do século XIX.

103 Palavras-chave

Historiografia antiga; Historiografia moderna; Ciência.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the relationship between the constitution of history as a scientific discipline in the nineteenth century and the old models of historiography. In this sense, this article will discussed the different conceptions of history sixteenth to the eighteenth century, the historiography of mutations early nineteenth century, and finally, the importance of Thucydides to the constitution of historical science, particularly in nineteenth-century Germany.

Keyword

Ancient historiography; Modern historiography; Science.

Enviado em: 05/07/2010

Autor convidado

* Tradução: Gustavo de Azambuja Feix; revisão: Emanuella Gonçalves Santos; revisão de tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard; revisão técnica: Temístocles Cezar.

Introdução

Gabriel Monod (1844-1912), um dos fundadores da *Revue historique*, em 1876, e da história positiva, aluno e amigo de Michelet – um dos historiadores franceses que tomou, muito rapidamente, consciência, após a derrota de 1870, na guerra franco-prussiana, da superioridade das ciências históricas alemãs, do modo como elas se construíram, se organizaram e se institucionalizaram a partir do começo do século XIX –, escreveu, em um artigo em forma de balanço, publicado em 1889:

O desenvolvimento dos estudos históricos é um dos traços distintivos do movimento intelectual do século XIX. Tal desenvolvimento é a manifestação, na área das ciências morais, do espírito científico ao qual pertence doravante a direção da sociedade moderna (MONOD 1889, p. 587).

A história era definida como “ciência” e essa ciência nova se inscrevia, de acordo com a ideologia herdada das Luzes e da Revolução Francesa, na linha de um progresso. Este, de acordo com Monod, estava situado em uma dupla perspectiva: por um lado, o progresso desinteressado, na medida em que ilustrava o “espírito científico” próprio às “ciências morais” – diríamos, hoje, ciências humanas e sociais –; por outro, o progresso útil, e mesmo utilitário, na medida em que não podia ser separado de sua contribuição à “direção da sociedade moderna”.

Já em 1756, na obra *Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações*, dedicada à filosofia e ao método da história, Voltaire insistia sobre a necessidade de se “delimitar e escolher” para se “ter uma ideia geral das nações que habitam e desolam a terra” (VOLTAIRE 1756, p. 157). Certamente, tal concepção “generalista” do trabalho e da pesquisa histórica foi, com frequência, acompanhada de uma rejeição à erudição, característica do espírito francês das Luzes. No entanto, ela evidenciava o problema das relações entre história e sociedade e entre história e política, relações necessárias e obrigatórias. De fato, a forma de investigação que os gregos chamaram de *historia* nasceu e se desenvolveu, a partir do século VI a. C., no contexto das cidades-Estado (*polis/poleis*) da Ásia Menor. Heródoto determinou para si a tarefa – aquela que Voltaire ambicionaria, em seu programa para a história, mas a adaptando a seu presente – de “percorrer as pólis dos homens”, todas as pólis, “grandes e pequenas”, sem exceção (HERÓDOTO I, 5). Tucídides, em *A Guerra do Peloponeso*, analisou como o flagelo da guerra alastrou-se, em quase todas as pólis gregas, e se estendeu até uma “parte do mundo bárbaro”, por meio do conflito que se apoderou das pólis “dos peloponésios e dos atenienses” (TUCÍDIDES I, 1,1).

Nossa intenção não é, portanto, apresentar um balanço da formação dos estudos históricos, na Europa, durante o século da história, o XIX, como propôs Monod para a França. De maneira mais limitada e mais precisa, pretendemos analisar qual foi o aporte dos historiadores antigos para a constituição da história científica ao longo do século XIX. Faremos isso com base em algumas questões, que retomam o problema das relações cruzadas entre história, política, método e ciência. Por que a Alemanha ocupada pelos exércitos de Napoleão constituiu

um contexto favorável à elaboração de uma nova ciência histórica? Por que os historiadores antigos da Grécia, sobretudo, e de Roma serviram de modelo privilegiado? Por que a história que se tornou científica confundiu-se com a ciência da Antiguidade, com a *Altertumswissenschaft* em plena formação? Tratou-se da persistência dos modelos antigos, que jogavam sua última cartada antes que a ilusão tivesse fim? Ou a herança dos historiadores clássicos permitia formular questões pertinentes na fábrica da história? Tal herança tinha ainda um futuro?

Por isso, é necessário definir, primeiramente, quais foram a importância e a função dos historiadores antigos na herança que a “modernidade” constituiu entre os séculos XVI e XVIII. Analisaremos, em um segundo momento, sempre pelo mesmo viés – o dos modelos antigos –, as mudanças que conduziram à constituição da história como ciência no início do século XIX. Em uma terceira etapa, fixar-nos-emos em um exemplo particular, o mais importante, o aporte de Tucídides nesse processo, com sua ambiguidade principal: um Antigo como modelo para os Modernos, no momento da grande mudança que transformou o gênero histórico em disciplina, com sua ambição de ser uma ciência.

Os historiadores antigos e as concepções da história: séculos XVI-XVIII

Os modelos antigos moldaram a herança que a época moderna legou, entre os séculos XVI e XVIII, em relação às concepções da história. Três grandes correntes, nas quais os historiadores antigos ocuparam uma função essencial, formaram-se, coincidindo, parcialmente, de modo sincrônico: a história humanista, a história erudita e a história filosófica. No momento em que a história constituiu-se como ciência, nenhuma dessas heranças seria esquecida. Quais foram os seus principais traços? Que lugar nelas ocuparam as obras, os métodos, os princípios dos historiadores antigos? Entre eles, quais foram reconhecidos como modelos?

105

1. A história humanista

A primeira a tomar forma, desde a redescoberta da literatura antiga, foi a história humanista, essencialmente, de inspiração ciceroniana. As obras completas de Cícero foram editadas, a partir de 1465, na Itália, pouco depois do aparecimento da tipografia (1436). Cícero foi o autor antigo mais lido, mais estudado e mais editado até a Revolução Francesa. A história humanista, que ele inspirou, abrangia dois aspectos, estreitamente, ligados.

1.1. A história “mestra da vida”

A história era, antes de mais nada, percebida como provedora de modelos de comportamentos. Ela deveria servir à instrução do leitor: era *magistra vitae*, “mestra da vida”, de acordo com a célebre máxima do *De Oratore*.¹ A história

¹ Em Cícero (*De Oratore*, II, 36) a história é definida como *testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, munitia vetustatis*.

antiga era então considerada como uma reserva de *exempla* destinada à instrução e à edificação dos leitores. O modelo humanista conciliou-se com a perspectiva moral, cristã, segundo a qual só existe verdade no bem. Charles Rollin, autor de *Histoire ancienne*, uma vasta obra publicada em treze volumes, entre 1731 e 1738, citou e glosou, simultaneamente, a célebre máxima de Cícero, na introdução à seção do livro 27, que ele reservou aos “historiadores”:

Com razão, a história foi chamada de testemunha dos tempos, de tocha da verdade, de escola da virtude, de guardiã dos acontecimentos e, se fosse permitido falar assim, de fiel mensageira da Antiguidade. (ROLIN 1821-1825, livro 27, tomo IX, p. 208)

Rollin citou ainda o *De Oratore* e o glosou, longamente, em uma passagem teórica importante, anterior à *Histoire ancienne*: o prefácio ao livro 5 do *Traité des études* (tomo III), intitulado “De l'utilité de l'histoire” (ROLIN 1726-1728, t. 3, pp. 7-14; citação do *De Oratore*, II, 36, p. 7). “Assim a história, quando é bem ensinada, torna-se uma escola de moral para todos os homens” (*Ibidem*, p. 11), escreveu Rollin. Ora, para Rollin não havia nenhuma dúvida de que os historiadores gregos e latinos serviam de autoridade para escrever a história profana: “Como tive o cuidado de citá-los precisamente em minha *Histoire ancienne* e como me servem de garantia para os fatos que aqui afirmo.” (ROLLIN *Histoire ancienne...*, *loc. cit.*, p. 209).

Cícero e Plutarco eram os dois sustentáculos da *historia magistra vitae*. *Vidas paralelas*, obra traduzida para o francês, a partir de 1559, por Amyot, surgiu sob o título, modificado, *Vies parallèles des hommes illustres, Grecs et Romains*.² A perspectiva do paralelo, fundadora do projeto de Plutarco, apagou-se frente à intenção do tradutor de propor uma série de modelos, endereçados pelos Antigos aos Modernos. Essa concepção da história guiou a leitura dos historiadores antigos, subentendida pelos princípios ciceronianos e pelo imenso sucesso que conheceram as *Vidas*, de Plutarco, seja na tradução de Amyot, constantemente, reeditada, seja nas novas traduções, por toda a Europa, como aquelas, na França, de André Dacier, em 1724, e do abade Ricard em 1798.

Essa permanência da concepção humanista da história dominou a grande síntese de Rollin, como mostram os três excertos abaixo, e se estendeu até o começo do século XIX.

(1) O gosto pela verdadeira glória e pela verdadeira grandeza perde-se, gradualmente, todos os dias entre nós. Homens novos, embriagados de sua súbita fortuna, e cujas despesas insanas não conseguem esgotar os bens imensos, nos acostumam a nada ver de grande e de estimável senão nas riquezas, e riquezas enormes; a olhar, não somente, a pobreza, mas até uma honesta mediocridade como uma vergonha insuportável; a fazer com que todo o mérito e toda a honra consistam na magnificência das construções, dos móveis, das vestimentas, das mesas. Que contraste a história antiga opõe a esse mau gosto? [...] Por [seus] exemplos, acostumam-se os jovens a sentir o belo, a provar a virtude, a estimar e a

² *Vidas paralelas dos homens ilustres, gregos e romanos*. (N.T.)

admirar apenas o verdadeiro mérito, a julgar, judiciosamente, homens, não pelo que parecem, mas pelo que são, a não seguir os preconceitos populares e, sobretudo, a não se deixar cegar por um inútil esplendor de ações brilhantes que, frequentemente, no fundo, nada têm de sólido e de grande

(ROLLIN *Traité des études*, "Discours préliminaire", 1726).

(2) Não é apenas pelas ações bélicas que a história da Grécia nos fornecerá grandes modelos. Nela encontraremos famosos legisladores, habilíssimos políticos, magistrados nascidos para governar, homens que se distinguiram em todas as artes e ciências, filósofos que levaram suas investigações tão longe quanto se podia naqueles tempos longínquos e que nos deixaram máximas de moral capazes de fazer enrubescer os cristãos (ROLLIN *Histoire ancienne*, livro 5, vol. 2, p. 278.).

(3) 'A Grécia [...] escola do gênero humano'

De todos os países conhecidos, na Antiguidade, não há nenhum tão célebre quanto a Grécia, nem que forneça à história monumentos tão preciosos e fatos tão esplendorosos. Por qualquer ângulo que for considerada, seja pela glória das armas, seja pela sabedoria das leis, seja pelo estudo das ciências e das artes, tudo nela foi levado a um alto grau de perfeição e é possível dizer, em relação a todos esses aspectos, que a Grécia tornou-se, de certo modo, a escola do gênero humano

(ROLLIN *Histoire ancienne*, livro 5, p. 188).

1.2. A história como gênero retórico

107

Foi ainda, através dos tratados de Cícero, que se impôs, sempre dentro da tradição humanista, uma concepção da história considerada como um gênero retórico, do duplo ponto de vista da narração (*narrare*) e do estilo (*ornare*, *exornare*).³

A história dominava então a busca da perfeição de uma arte oratória que repousava sobre um ideal de simplicidade. Tratava-se de um ideal cultural proveniente da Antiguidade e, para a história, essencialmente, de Cícero (esse ideal exprimia-se também – com nuances que não vamos analisar aqui – em Dionísio de Halicarnasso e em Quintiliano). Cada um designava então, como faziam os próprios Antigos, um historiador que lhe parecia melhor corresponder a esse ideal (Heródoto, na obra de Dionísio, por exemplo; numerosos foram os debates acerca do estilo de Tucídides no século I a. C.). Dessa mesma maneira, os teóricos definiram a escrita da história desde a metade do século XV. Assim, Tucídides apareceu como um mestre de eloquência, no prefácio à tradução de sua obra, feito por Nicolas Perrot d'Ablancourt em 1662:

Com efeito, se quisermos acreditar em Cícero, ele [Tucídides] superou todos os outros em eloquência, *Thucydides, omnes discendi [na verdade, dicendi] artificio mea sententia facile vicit*⁴ [...] É uma eloquência apropriada ao assunto que ele aborda, no qual, somente, fala de grandes políticos e de grandes capitães, cujo caráter retém perfeitamente. Não deve, portanto,

³ Cícero, *De Oratore*, II, 55 : "*Herodotum illum, qui princeps genus hoc ornavit...*". Os historiadores são "*exornatores rerum*", "*narratores*": *ibid.*, II, 53-54. O historiador deve se dedicar a escrever a história ("*historiam scribere*", "*scripsit historiam*") como os gregos, os maiores ("*ut Graeci scripserunt, summi*": II, 51).

⁴ "Tucídides ultrapassa todos facilmente, na minha opinião, por sua eloquência".

causar estranheza que Demóstenes, para se familiarizar com ele, o tenha transcrito oito vezes de seu próprio punho. Mas não é da eloquência que ele tira seu principal ornamento. É da história, da qual deu um presságio desde sua infância, chorando, publicamente, ao ouvir o relato das histórias de Heródoto. Assim, é o modelo sobre o qual toda a Antiguidade formou-se e, particularmente, Tácito, que pode ser chamado de o Tucídides dos latinos, como este de o Tácito dos gregos [...] Ambos tiveram magnificência e grandeza, com um discurso conciso e repleto de sentido, mesclado de alguma obscuridade por terem negligenciado os termos e os modos de falar ordinários, com a finalidade de realçar seu estilo, que é, desse modo, viril e vigoroso, como seus pensamentos são fortes e sólidos. É isso que ressalta mais seu tema, que é estéril e desagradável, valorizado mais pelo espírito dos historiadores do que por seu mérito [...] Tácito propagou sua política em sua história, mas Tucídides a enclausurou em seus discursos, nos quais as sentenças são muito abundantes: *Ut verborum prope numerum, Sentiarum numero consequator*.⁵

Alguns anos mais tarde, em 1677, o padre Rapin tomou, novamente, Tucídides como modelo nas suas *Instructions pour l'histoire*:

Para conhecer a fundo essa simplicidade tão necessária ao grande estilo, é preciso notar que existem três tipos delas: uma simplicidade nas palavras, como a de César; uma simplicidade nos sentimentos, como a de Salústio e uma simplicidade na meta e na organização, como a de Tucídides.

Mesmo em um teórico político como Mably (1709-1785), a história retórica conserva seu atrativo. Em seu tratado de 1782, *De la manière d'écrire l'histoire*, ele fez de Tucídides, simultaneamente, um historiador político e um historiador criador de modelos de comportamento e de escrita:

Jamais [...] haverá história, ao mesmo tempo, instrutiva e agradável sem discursos. Tente suprimi-los em Tucídides e ter-se-á apenas uma história sem alma. Essa obra, que todos os príncipes e os seus ministros deveriam ler todos os anos, ou, melhor, saber de cor, perderia seu interesse, porque não se conheceria nem a genialidade, nem as paixões, nem as aventuras dos gregos, privados de sua antiga virtude. (MABLY 1782)

Essa ideia de que o conteúdo da história passava, em grande parte, pela própria escrita, constituiu um dos grandes ganhos da Antiguidade e foi, amplamente, retomado a partir do Renascimento e durante a época moderna.

2. A história erudita

A segunda grande concepção da história – a história erudita –, que se desenvolveu a partir do século XV, também era inseparável da redescoberta dos Antigos. Ler suas obras implicava um conhecimento erudito da língua e dos textos. Desde a primeira metade do século XV, Leonardo Bruni e Lorenzo Valla estavam entre os primeiros a insistir sobre esse aspecto e a testar os seus limites (Valla traduziu Heródoto e Tucídides para o latim). Sem os instrumentos

⁵ "tão abundantes que ele consegue ter quase tantas palavras quantas ideias". N. Perrot d'Ablancourt, "Préface" de sua tradução: *L'Histoire de Thucydide, de la guerre du Péloponnèse*, continuée par Xénophon, Paris, A. Courbé, 1662.

de trabalho, os dicionários, as gramáticas, como avançar? Esses aspectos da história da erudição são bem conhecidos, mas lembremos que Amyot traduziu o conjunto das *Vidas paralelas*, de Plutarco – após diversas tentativas infrutíferas por parte de outros helenistas –, sem dispor do *Thesaurus linguae graecae*, publicado por Henri Estienne em 1572 (seu pai, o grande editor Robert Estienne, publicara o *Thesaurus linguae latinae* em 1531).

Após os pioneiros do *Quattrocento* e a geração de Erasmo (1467-1536) e de Guillaume Budé (1468-1540), que trabalhou, ao lado do rei Francisco I, em favor da fundação do *Collège des lecteurs royaux*⁶ (1530), a concepção de trabalhos históricos fundados sobre o domínio da erudição tomou corpo com o que se convencionou chamar de humanismo erudito no fim do século XVI e no começo do século XVII. Essa corrente foi dominada pelos trabalhos de Joseph-Juste Scaliger (1540-1609), Isaac Casaubon (1559-1614), Juste Lipse (1547-1606), Claude Saumaise (1588-1653) que fizeram, dos anos 1560 aos anos 1620, a glória da universidade de Paris.

Os trabalhos de erudição – sem que tratassem, exatamente, da história – tiveram um segundo período de grande desenvolvimento, no fim do século XVII e no início do século XVIII, com os “antiquários”. Estes, em sua maioria, eram beneditinos de Saint Maur, que coletaram, sistematicamente, tudo o que “diz respeito aos usos, aos costumes, às leis, às artes e a mil outros conhecimentos curiosos” (ROLLIN *Traité des études*, IV, p. 192), como os quinze volumes de *L’Antiquité expliquée et représentée en figures*, de Bernard de Montfaucon, publicados em 1719 e, novamente, em 1724, durante os anos nos quais Rollin trabalhava no seu *Traité des études*.⁷ Os antiquários, elaborando métodos de análise crítica das fontes – o *De re diplomatica*, de Mabillon, é de 1681, a *Paleografia graeca*, de Montfaucon, foi publicada em 1708 –, produziram, de acordo com a frase de Momigliano, “uma obra que salvou a história do ceticismo”. Neste texto, remetemos-nos apenas aos trabalhos de Blandine Kriegel e de Arnaldo Momigliano sobre os chamados historiadores antiquários. (MOMIGLIANO 1955, p. 285; KRIEGEL 1988, pp. 23-159; pp. 135-217).

É preciso, porém, observar que a tradição da história erudita não se desenvolveu de maneira uniforme na Europa. Ela foi estimada, nos países do Norte, de tradição protestante, como Alemanha, Países Baixos e Inglaterra. Contudo, a França manteve-se distante dessa vasta corrente por duas razões. Por um lado, os protestantes, ameaçados pelo poder real no século XVII, tomaram o caminho do exílio, um exílio obrigatório a partir da revogação do Édito de Nantes em 1685. Estima-se, atualmente, que cerca de 200 mil adeptos

⁶ O *Collège des lecteurs royaux* foi criado inicialmente com o intuito de oferecer disciplinas que não eram dadas na Universidade de Paris, como Grego e Hebreu. Em pouco tempo, porém, expandiu seu domínio para o ensino de Latim, Direito, Matemática, Medicina. Atualmente, é chamado de *Collège de France*. (N.T.)

⁷ Cf. A. Momigliano, 1955, pp. 67-106 ; tradução francesa, 1983, pp. 244-293, sobretudo p. 244-276 ; B. Kriegel, 1988, p. 98-100.

da Reforma abandonaram o reino, criando um déficit jamais recuperado em certos setores de atividade, como a erudição histórica. Por outro, os homens das Luzes assimilaram a erudição apenas como o trabalho da memória e não como o exercício da razão e do espírito crítico. Por isso, erudição e história só foram, muito raramente, associadas na França. Um dos únicos exemplos é o estudo de Louis de Beaufort, *Dissertation sur l'incertitude des cinq premiers siècles de l'histoire romaine* (Utrecht, 1738).

A história deveria ser reconhecida como um gênero literário que pertence à área das belas-lettras ou como uma ciência que teria seu lugar na árvore dos saberes? Os historiadores humanistas jamais decidiriam. Como resultado disso, a história seria, ao menos na tradição francesa, por muito tempo, confundida com uma arte retórica. Contudo, disso também resultaria a permanência da questão da escrita no horizonte da reflexão dos historiadores, mesmo quando a história tivesse a pretensão de se tornar uma disciplina científica nas primeiras décadas do século XIX.

3. A história filosófica

Os trabalhos dos "antiquários", os mestres da "história" erudita, encontraram como obstáculo, a partir da segunda metade do século XVII, os primórdios do espírito filosófico. De acordo com essa corrente de pensamento, se a história merecia ser acompanhada, era para encontrar nos fatos uma ordem "racional" e um "progresso" na sucessão cronológica dos tempos. Não seria o seu único fim acumular dados, o que pertencia, unicamente, à memória. Por isso, D'Alembert, um dos arquitetos do grande projeto da *Enciclopédia*, classificou, no "Discours préliminaire", a erudição no último lugar dos saberes, acusando-a de fazer intervir apenas a memória (GRELL 1993, pp. 27-29, 125-142). Do mesmo modo, Voltaire, no artigo "Histoire", renunciou aos períodos que exigiam a consulta de arquivos como sendo "o labirinto tenebroso da Idade Média" e pediu que, em relação à Antiguidade, nos contentássemos com o relato dos historiadores (VOLTARE 1765, pp. 221, 223). Tratava-se de conciliar a crítica histórica, a dúvida metódica e a escolha dos documentos. Por essa razão, Voltaire só mencionou Heródoto e Tucídides entre os primeiros historiadores gregos que seriam confiáveis. No entanto, ele conservou de Heródoto apenas o que começa com as guerras Médicas, de modo a não levar em conta os dados que sua obra fornece sobre o Egito e a Babilônia conhecidos pelos judeus no período de exílio:

À medida em que Heródoto, em sua *história*, aproxima-se de sua época, é mais bem instruído e mais verdadeiro. É preciso reconhecer que sua *história* só começa, para nós, nos conflitos entre os persas e os gregos. Encontram-se, antes desses grandes acontecimentos, apenas relatos vagos, entremeados de contos pueris (*Ibidem*, p. 222).

O breve julgamento sobre Tucídides rebaixa tanto quanto seria possível a importância do aporte dos gregos: pequenez do território abrangido, dominação absoluta da "guerra civil", portanto, de um "flagelo":

Tucídides, sucessor de Heródoto, limita-se a nos detalhar a *história* da guerra do Peloponeso, país que não é maior que uma província da França ou da Alemanha, mas que gerou homens dignos de uma reputação imortal em todos os domínios. E como se a guerra civil, o mais horrível dos flagelos, acrescentasse um novo ardor e novas forças ao espírito humano, foi nesse tempo que todas as artes floresciam na Grécia. Eis como eles começaram a se aperfeiçoar, em seguida, em Roma, em outras guerras civis do tempo de César, e como eles renasceram ainda em nossos séculos XV e XVI da era vulgar, entre as revoltas da Itália (Ibidem, pp. 222-223).

Sem antecipar nem jogar com o anacronismo – o artigo “Histoire” data de 1765 –, é necessário repetir que a França encontrava-se, particularmente, tocada pelo declínio dos modelos humanistas e, cada vez mais, em déficit de erudição em relação a seus vizinhos ingleses, holandeses e, em particular, alemães.

As três modalidades da prática da história que acabam de ser lembradas não se cruzam, quase nunca, em estado puro. No prefácio de sua *Histoire ancienne*, que se apoia na autoridade conferida aos historiadores da Antiguidade Clássica, Rollin ofereceu uma surpreendente simbiose e uma síntese da permanência da história humanista, dos aportes metódicos da história erudita ou, ao contrário, de sua rejeição, e das ambições da história filosófica:

111

O estudo da história profana não mereceria que se lhe devotasse uma atenção cuidadosa e um tempo considerável, caso se limitasse ao estéril conhecimento dos fatos da Antiguidade e à sombria busca das datas e dos anos em que cada acontecimento ocorreu. Importa-nos pouco saber que existiu no mundo um Alexandre, um César, um Aristides, um Catão e que eles viveram neste ou naquele tempo; que o império dos assírios foi sucedido pelo dos babilônios e, este último, pelo império dos medos e dos persas, que foram, por sua vez, subjugados pelos macedônicos, e estes pelos romanos.

É de grande importância, porém, conhecer como esses impérios estabeleceram-se, por quais etapas e por quais meios eles chegaram a esse ponto de grandeza que admiramos, o que fez sua sólida glória e sua verdadeira ventura e quais foram as causas de sua decadência e de sua queda.

Não é menos importante estudar, com cuidado, os costumes dos povos, seu gênio, suas leis, seus usos, seus hábitos e, sobretudo, observar bem a personalidade, os talentos, as virtudes, os próprios vícios daqueles que os governaram e que, por suas boas ou más qualidades, contribuíram para elevar ou afundar Estados que os tiveram por condutores e soberanos.

Eis os grandes objetos que nos apresenta a história antiga, fazendo desfilar, aos nossos olhos, todos os reinos e todos os impérios do universo e, ao mesmo tempo, todos os grandes homens que neles se distinguiram de alguma maneira e instruindo-nos, menos por lições do que por exemplos, sobre tudo o que abrange a arte de reinar, a ciência da guerra, os princípios do governo, as regras da política e as máximas da sociedade civil e da conduta da vida para todas as idades e todas as condições.

Com ela, aprende-se também, e não deve ser algo indiferente para quem quer que tenha gosto e disposição para os belos conhecimentos, como as ciências e as artes foram inventadas, cultivadas, aperfeiçoadas; com ela, reconhece-se e segue-se de perto, como com o olhar sua origem e seu progresso. Vemos com admiração que, quanto mais nos aproximamos dos

lugares onde os filhos de Noé viveram, mais se encontram as ciências e as artes em sua perfeição, ao invés de parecerem esquecidas ou negligenciadas, na medida em que seus povos tiveram um maior distanciamento delas de modo que, quando se quis restabelecê-las, foi necessário remontar à origem de onde tinham partido. (p. 23-24)

[...]

Portanto, é preciso olhar como um princípio incontestável. Este deve servir de base e de fundamento para o estudo da história profana, que foi a Providência divina quem, imemoravelmente, regulou e ordenou o estabelecimento, a duração, a destruição dos reinos e dos impérios, seja em relação ao plano geral de todo o universo, conhecido apenas por Deus, que põe uma ordem e uma harmonia maravilhosa em todas as partes que o compõe, seja, particularmente, em relação ao povo de Israel e, ainda mais, em relação a Messias e ao estabelecimento da Igreja, que é sua grande obra e meta permanente de todas suas outras criações, sempre presentes a sua vista .

[...]

Como escrevo, principalmente, para os jovens e para as pessoas que não pensam em fazer um estudo profundo da história antiga, não carregarei essa obra de uma erudição que, naturalmente, poderia aí constar, mas que não convém ao objetivo que me proponho. Minha intenção é, dando uma história ordenada da Antiguidade, tomar dos autores gregos e latinos o que me parecer mais interessante para os fatos e mais instrutivo para as reflexões (ROLLIN *Histoire ancienne*, vol. 1, p. 23-48, p. 41).

112

Essa herança concede um lugar, ao mesmo tempo, importante e ambivalente aos historiadores antigos. Importante em razão do seu peso documental; ambivalente, pois são, muito frequentemente ou quase sempre, suas qualidades retóricas e estilísticas que os impõem nos programas de ensino. As mutações que afetaram o estatuto da história, no final do século XVIII e no início do século XIX, iriam modificar, profundamente, a relação com essas obras no campo das disciplinas históricas. Mais estranhamente ainda, os historiadores antigos – alguns, pelo menos, – ocuparam um importante papel na constituição da história como ciência.

As mutações do começo do século XIX: a constituição da história como ciência e o estatuto dos historiadores antigos

Pelo viés que propusemos desde o início deste artigo – o dos modelos antigos –, quais foram as mutações que levaram à constituição da história como ciência no começo do século XIX?

1. A reestruturação da universidade prussiana

O primeiro elemento que deve ser levado em conta é o contexto que produziu a reestruturação da universidade prussiana. Em 14 de outubro de 1806, a derrota dos exércitos prussianos, em Iena, permitiu a Napoleão entrar em Berlim. A prestigiosa universidade perdeu toda sua aura nesse momento.

A ocupação francesa provocou, igualmente, a perda da universidade de Halle, na Vestfália, fundada em 1694 pelo eleitor⁸ Frederico III de Brandeburgo. Ora, na luta contra o invasor e na obra de recuperação, imediatamente, empreendidas sob o nome de “guerras de liberação” (*Freiheitskriege*), a reconstrução da universidade ocupou um lugar importantíssimo. Essa escolha, que pode causar admiração, haja vista a cultura militar das elites prussianas, proveio do fato de que os fundadores da universidade eram altos funcionários e muito cultos, produtos do Estado e da *Aufklärung*, estabelecidos na Prússia. Vanguarda instruída e erudita, atenta ao pensamento dos “filósofos”, esses altos funcionários, na falta de uma forte burguesia urbana, eram o único grupo social capaz de ocupar um lugar de posição dirigente frente à nobreza. Esse fenômeno social e político foi comum a toda a Alemanha, mas, particularmente, à Prússia. Essa região, desprovida de fortes tradições urbanas, permaneceu, de fato, dominada pela aristocracia rural dos *junkers*.

Nessa obra, extremamente, favorecida pelo rei Frederico Guilherme III, Wilhelm von Humboldt (1767-1835) desempenhou um papel muito relevante. Em torno dele, os especialistas da Antiguidade eram os mais ativos. Friedrich August Wolf (1754-1824), o autor da obra *Prolegomena ad Homerum*, publicada em 1795, exortou, publicamente, os alemães, a partir de 1807, a defenderem os estudos clássicos como um “*palladium*” da pátria contra “mãos ímpias” – leia-se: contra a dominação napoleônica. Para marcar essa função e organização novas, ele criou o termo *altertumswissenschaft* (originalmente, grafado *alterthumswissenschaft*), que substituiu a expressão “filologia clássica” (*classische philologie*). Barthold Georg Niebuhr (1776-1831), autor de uma *Histoire romaine*, mas que foi, primeiramente, um alto funcionário do governo prussiano, foi a outra figura eminente entre os classicistas que se engajaram na resistência. Em uma carta de 1808 ao ministro Altenstein, ele afirmou que a nova organização dos estudos “filológicos” era uma prioridade para o governo prussiano.⁹ A partir de 1810, foi fundada, por iniciativa de Humboldt, a nova universidade de Berlim (seguiram-se a de Breslávia e a de Bonn) e reaberta a Academia. Berlim tornou-se então, em alguns anos, o centro mais importante dos estudos “filológicos” na Europa. Por “filologia”, entendiam-se todas as disciplinas dedicadas à Antiguidade Clássica.

O espírito neo-humanista que animava os criadores da nova universidade alemã repousava sobre um universalismo da razão que se opunha aos antigos corporativismos, particularmente, o nobiliário, e ao novo utilitarismo napoleônico. A *bildung* – formação no sentido da educação e da cultura – que se forjou, no fim do século XVIII e no começo do século XIX, e, sobretudo, após Iena, definia-se, em reação à cultura francesa, como uma capacidade para *ser* e, não somente, para poder e para ter. As universidades criadas não

⁸ Título de príncipe ou bispo que participava da eleição do imperador. (N.T.)

⁹ Cf. B. Bravo, 1988, p. 68, carta de 4 de janeiro de 1808, sobre a importância conjunta de Wolf e Niebuhr como conciliadores entre a velha tradição da erudição e o racionalismo das Luzes atraído para o romantismo e a filosofia especulativa, cf. p. 71-72.

eram mais as dos *länder*, mas as da Alemanha inteira. As “ciências” ali ensinadas tinham, igualmente, valor universal. Um “Estado da razão liberto de todo particularismo, como se quer a Prússia através de sua universidade” (NIPPERDEY 1992, p. 204 e ss.). Nesse contexto, a erudição “antiquária” não foi abandonada, mas sim integrada, absorvida em um projeto intelectual e político inspirado na *Aufklärung* e que respondia à urgência do presente.

Nos anos que seguiram, imediatamente, à fundação da nova universidade de Berlim, o estudo da Antiguidade passou por três mudanças importantes. Em contato com os recursos cruzados da filologia e da história, renovou, profundamente, seus métodos; institucionalizou-se e adquiriu um grande prestígio na sociedade alemã; enfim, foi concebido de início com a finalidade de colaborar para a recuperação da Prússia, após a dissolução do Sacro Império Romano-Germânico, em 1806, e, por essa razão, foi considerado um instrumento que deveria contribuir para se pensar os problemas políticos do presente.

Antes de analisar as consequências dessa nova paisagem intelectual sobre a obra dos historiadores antigos, é necessário indicar, à luz das três profundas modificações que acabam de ser mencionadas, as principais transformações que abrangeram a organização e a constituição dessa nova “ciência da Antiguidade”.

2. A implantação da *Altertumswissenschaft*

Após as teorias de Wolf, a ideia essencial era de que era preciso “reunir as diferentes disciplinas” relativas à Antiguidade “em um conjunto orgânico”, para introduzir a Antiguidade grega e romana dentro de uma “ciência filosófico-histórica bem-ordenada”. A essa “enciclopédia filológica” Wolf deu o nome de *altertumswissenschaft*. Eis um termo novo que figurou no título do manifesto de 1807, *Darstellung der Alterthums-Wissenschaft*, para a inauguração do *Museum der Alterthums-Wissenschaft*. A história da Antiguidade fazia parte, no programa de Wolf, das disciplinas “filológicas” da *altertumswissenschaft*. Não é de espantar, portanto, que os historiadores antigos fossem, particularmente, estudados e que, nesse momento, nascessem as primeiras histórias da historiografia, a de Georg Friedrich Creuzer (1771-1858) para a tradição grega a partir de 1803 (CREUZER 1803, 1845).

O desenvolvimento da ciência da Antiguidade dependeu, em seguida, da elaboração sistemática de grandes *corpora* documentais. Em 1815, Niebuhr lançou o projeto de um *corpus inscriptionum* (gregas e latinas). Em um primeiro momento, só foi publicada a parte grega, sob o título de *Corpus inscriptionum graecarum* – o primeiro volume foi lançado em 1828, por iniciativa de August Böckh (1785-1867), amigo de Wolf (BRAVO 1988, pp. 78-96) –, que se tornou *Inscriptiones graecae* em 1903. No prefácio, datado de 10 de outubro de 1827, Böckh apresentou a filologia como “*antiquitatis cognitio historica et philosopha*” (BRAVO, 1988, p. 89), ou seja, como “o conhecimento histórico e filosófico da Antiguidade”. Theodor Mommsen (1817-1903), em 1847, retomou o projeto

para as inscrições latinas. O primeiro volume do *CIL*, financiado pela Academia de Berlim, foi publicado em 1863. Em 1837, houve a primeira edição do que foi o monumento da ciência alemã da Antiguidade: a *Realencyclopädie der classischen altertumswissenschaft nummorum*, sob direção de Pauly, após revista e ampliada, em 1894, sob a direção de Wissowa. Seria necessário mencionar também o *Corpus nummorum* de Mommsen, em 1860...

Foi através desses instrumentos e das edições críticas das fontes literárias, de uma erudição, então sem igual, que se desenvolveu um conhecimento dos mundos antigos associado a um modelo do conhecimento histórico: o *historismus* ou historicismo. Ora, o historicismo, mesmo afirmando o caráter, fundamentalmente, histórico da condição e das produções humanas, propunha, em relação ao método, a necessidade de uma análise crítica das fontes primárias transmitidas pelos Estados, que eram apreendidos como "individualidades", "personagens" que a análise deveria privilegiar. Um historiador *antigo* era, por consequência, menos um literato mais ou menos genial ou hábil do que um homem que escrevia para e em relação à sua pátria, quer se tratasse de sua pólis, em sentido restrito, ou do mundo grego, da República ou do Império Romano, em sentido amplo. As obras de Heródoto e de Tucídides, de Políbio e de Tito Lívio e de Tácito encontravam-se, assim, em sintonia com o contexto político do presente e com a questão que obcecava todos os historiadores *modernos*: a constituição e o fortalecimento dos Estados-nações na Europa. Esse traço foi percebido como uma característica da ciência histórica do século XIX por Gabriel Monod. Existe uma política da história e a história é antes de tudo política:

115

[...] A história do passado acaba por adquirir uma influência sobre a própria política, pois preside a esse movimento das nacionalidades que domina a política contemporânea. É pela história que os povos tomam consciência de sua personalidade. O movimento nacional alemão, o movimento nacional italiano, o movimento nacional tcheco, o movimento nacional húngaro, o movimento nacional eslavo, embora não tenham sido criados pela erudição histórica, nela encontraram, ao menos, um poderoso auxiliar, um núcleo de excitação, um ativo instrumento de propaganda [...] (MONOD 1889, t. XVIII, p. 587)

Os historiadores antigos contribuía então para levantar questões. Poder-se-ia criar uma unidade alemã em torno da Prússia ou em torno da Áustria? Dever-se-ia estar atento a reivindicações particularistas das "regiões", os *länder*, especialmente, no momento das revoluções de 1848, a Primavera dos Povos? Nesse momento, numerosos foram os historiadores que, como Droysen, participaram do Parlamento de Frankfurt, com o intuito de elaborar uma nova constituição, e pensaram o presente através dos problemas encontrados pelos Antigos, antes de regressarem ao passado, para propor uma interpretação renovada dele. Tal era a abordagem de Droysen, quando ele apresentou uma interpretação nova da formação dos reinos helenísticos, em seu *Alexandre le Grand*, publicado em 1833, seguido, em 1836 e em 1843, dos dois primeiros

volumes da *Histoire de l'Hellénisme*. Contra os particularismos das cidades-Estado gregas, ele se mostrava favorável à unidade política realizada dentro dos grandes reinos. Contra a estreiteza da percepção que atribuiu a Demóstenes, privilegiou a visão unitária de Alexandre e de seus sucessores, Ptolomeu, no Egito, e Seleuco e Antíoco na Ásia.

A refundação da universidade de Berlim e a implementação da *altertumswissenschaft* são dois contextos que modificariam, profundamente, o estatuto e o regime de autoridade que os historiadores antigos detinham, até aquele momento, na elaboração do saber histórico. Quais foram as principais mudanças produzidas?

3. As mudanças no estatuto e no regime de autoridade dos historiadores antigos

A maior consequência dos dois grandes contextos assinalados acima foi os historiadores antigos deixarem o domínio das belas-letas, exceto, em parte, na tradição francesa. Eles foram considerados como fontes que tinham o mesmo *status* do que os outros documentos. O seu valor próprio vinha das informações que forneciam para analisar a natureza e o desenvolvimento dos Estados. Essa apreciação estava ligada à dimensão, ao mesmo tempo nacional e universal, reconhecida à história escrita pelos Modernos, mas também àquela que, por um jogo de espelhos e de trocas, eles liam nos Antigos. Tucídides dava a entender, no livro III, o flagelo da divisão e da discórdia civil (*stasis*) em Corcira. Descreveu, no livro II, os sintomas da "guerra" (*polemos*) na Atenas doente com a "pestilência" (TUCÍDIDES II, pp. 47-58), mas, "em virtude do caráter humano" (*Idem*, I, 22, p. 4) de todos os acontecimentos ocorridos, ele falava para todas as pólis e para todos os homens ou para quase todos (*Idem*, I, 1, 2).

A confiança no historiador antigo, no entanto, não era mais total. Ao contrário do que fez Rollin, "citar exatamente" um historiador antigo não autorizaria fazer dele uma "garantia para os fatos que [o historiador moderno] afirma" (ROLLIN *Histoire ancienne*, Livro 27, t. 9, p. 209). Ainda que Tucídides pretendesse dedicar-se, inteiramente, "à busca da verdade" (TUCÍDIDES I, 20, 3), ainda que toda uma tradição fizesse dele o iniciador e o mestre da "história verdadeira" – de Dionísio de Halicarnasso (*Sobre Tucídides*, VIII, 1). a Luciano de Samósata (*Como se deve escrever a História*, 42), de David Hume a Gomme –, o testemunho do historiador, que pôde "presenciar os acontecimentos dos dois lados" (TUCÍDIDES V, 26, 5) para "melhor se dar conta, de certo modo, das coisas" (*Idem, ibidem*), também deveria ser submetido à análise crítica. A "história verdadeira", a história de acordo com a verdade de Tucídides, não era toda a história.

Outra mutação foi produzida em um plano diferente, que abrangeu o aporte dos historiadores antigos na construção da ciência histórica. A implantação de uma "ciência da Antiguidade" que ilustrasse, ou melhor, que equivalesse, perfeitamente, ao que deveria ser uma "ciência da história" era o principal desafio no qual se encontrava engajada a história da Antiguidade e, mais particularmente, as obras que chegaram até nós dos historiadores antigos. Nesse capítulo da

história da historiografia, que foi escrito na universidade prussiana, mas, em sua dimensão europeia, sob o olhar admirativo das outras universidades, a francesa, em particular, Tucídides ocupou um lugar singular: nem aquele que dava lições, nem aquele que fazia discurso do método, mas, de modo simultâneo, uma fonte e uma referência que eram reverenciadas.

O aporte de Tucídides para a constituição da ciência histórica na Alemanha do século XIX

Qual foi o aporte exato reconhecido a Tucídides no momento da grande mutação que transformou o gênero histórico em disciplina científica? Lembremos, muito rapidamente, em primeiro lugar, em que consistia a tradição a seu respeito, que vinha da Antiguidade.

1. Tucídides: a herança dos Antigos e sua sobrevivência nos Modernos

Desde o século IV a. C., Tucídides era admirado e imitado pelos seus sucessores – Xenofonte, Cratippos, Teopompo, Philistos¹⁰ –, que se atribuíram a tarefa de levar a cabo o relato que a morte o impediu de terminar. Ele era lido, reproduzido e memorizado, dizia-se, por Demóstenes. Sobre a época helenística, um precioso artigo de Simon Hornblower (HORNBLOWER 1995, pp. 47-68) mostrou que Tucídides não deixou de ser lido e discutido. Cícero, no *De Oratore*, o mais completo de seus tratados de retórica, escrito em 55 a. C., fez de Tucídides um mestre de eloquência e de estilo conciso, tenso, difícil:

[56] Depois dele, para mim, Tucídides ultrapassou, facilmente, todos por sua ciência da linguagem (*dicendi artificio*). Ele é tão rico em numerosos domínios que consegue ter quase tantas palavras quantas ideias. Além do mais, sua expressão é tão harmoniosa e tensa que não se sabe se os fatos dão o brilho ao estilo ou a expressão ao pensamento. No entanto, ainda que se tenha dedicado à política, ele também não fez parte, segundo a tradição que nos chegou, daqueles que passaram seu tempo a contestar e, de seus próprios livros, diz-se que ele só os escreveu após ter ficado distante das circunstâncias e de ter sido expulso e exilado, o que aconteceu, frequentemente, em Atenas, a todos os grandes homens. (CÍCERO *De Oratore*, II, 56)

Dionísio de Halicarnasso, alguns anos depois, ainda fez de Tucídides o “primeiro” (*prôton*) dos “historiadores”, mas não por seu estilo, cujo “vocabulário é figurado, incomum, ultrapassado, estranho” à sua época e cuja composição é “austera”, “densa”, “dura ao ouvido” (DIONÍSIO DE HALICARNASSO *Tucídides*, XXIV, 1-2). Se ele triunfou sobre todos os seus predecessores, foi por ter, perfeitamente, delimitado um assunto, afastando-se da monografia limitada (Helênico de Lesbos) e da crônica com intenções muito abrangentes (Heródoto), e, mais ainda, talvez, porque “Tucídides se preocupou essencialmente com a verdade (*alètheias*), da qual”, acrescenta Dionísio, “nós desejamos que a história seja sacerdotisa (*hiereian einai tèn historian*)”

¹⁰ Nenhum desses autores pronuncia, no entanto, o nome de Tucídides entre os textos conservados.

(*Ibidem*, VIII, 1). Esta se apoia em dois fundamentos: o afastamento do maravilhoso, da fábula (*muthôdes*) e a imparcialidade (que permite “se proteger de todo ódio e de toda complacência” (*Ibidem*, VI, 5 e VIII, 1).

Luciano perseguiu essa tendência e condensou a tradição, no único tratado sobre a teoria da história que nos chegou da Antiguidade, *Como se deve escrever a História*, que é possível datar dos anos 165 a. C.. Tucídides foi um mestre historiador, em primeiro lugar, porque transcreveu “a verdade dos acontecimentos com imparcialidade e o fez, afastando-se da fábula. Quanto a seu estilo, Luciano hesita: ele não deveria ser muito duro, muito complicado como o de Tucídides. Disso resultou, como em Dionísio, uma hesitação na análise ou, antes, um dilema que se instaurou. Era possível aceitar a epistemologia de Tucídides, subordinar tudo à exigência da verdade, à obrigação de relatar “a verdade do que aconteceu”, sem admirar e, muito menos, gostar do seu estilo. Foi sobre esse distanciamento que repousou – de acordo com a hipótese aqui defendida – uma parte da escolha dos Modernos em seu favor. A exigência moderna da verdade podia e devia se despojar de todos os artifícios do estilo. O que aparecia aqui, desde as escolhas de Dionísio e Luciano, eram as regras da história positiva: “A tarefa única do historiador é narrar os fatos como eles se passaram (*hôs eprakhthè eipein*)”.¹¹

42. Tucídides, portanto, teve razão quando postulou o princípio da história e distinguiu uma maneira boa e uma ruim de escrevê-la, inspirado nisso pela grande admiração que tinha por Heródoto, admiração tal que deu a seus livros o nome de Musas. Ele declarou erguer um monumento eterno e não um objeto de ostentação para o momento presente, repudiar as fábulas e querer deixar para a posteridade o relato verdadeiro dos acontecimentos (*tèn alètheian tôn gegenèmenôn*). Falou, em seguida, de sua utilidade e do objetivo que um homem sensato deveria atribuir à história: caso acontecimentos semelhantes se repetissem, seria possível, dizia, reportando-se àqueles que foram relatados anteriormente, tirar um bom proveito dos acontecimentos presentes.

43. O historiador que compartilha essa maneira de ver é aquele de que preciso. Quanto ao estilo e à força da expressão, não quero que, para iniciar seu trabalho, ele se tenha preparado muito para esse estilo violento, mordaz, constantemente, periódico, para essas argumentações tortuosas e para a todas as finezas da retórica. Peço-lhe disposições mais serenas, um pensamento culto e sucinto, uma dicção clara e apropriada às circunstâncias, feita para expor o assunto com toda a nitidez desejável. (LUCIANO *Como se deve escrever a História*, pp. 42-43)

A tradição que vai de Cícero a Luciano é, portanto, muito matizada a respeito do estilo de Tucídides. Ela se prolonga nos Modernos, tal como vimos, no século XVII, com Perrot d’Ablancourt e Rapin e, depois, com Mably às vésperas da Revolução Francesa. Nos anos 1820, enquanto se instalavam os fundamentos da *altertumswissenschaft*, a historiografia francesa ainda não tinha renunciado a abordar a “questão tucidiana” segundo essa tradição – o que não é de espantar –, como demonstra o curso que Daunou deu no *Collège de France* (de 1819 a 1830):

¹¹ Luciano, 39, bem como 42, 47, 49, 51, à semelhança de Tucídides II, 48, 3.

Dentre as relações originais, há aquelas em que o traço e a beleza de suas formas as situam entre as grandes produções da arte escrita. Assim, são as obras de Tucídides sobre a guerra do Peloponeso, de Xenofonte sobre a expedição de Ciro, o Jovem, os comentários de César sobre a guerra Gálica, o relato da conjuração de Catilina por Salústio e as descrições dos livros de Tácito que abrangem acontecimentos ocorridos quando ele vivia (DAUNOU 1842, t. VII, p. XXX).

Não se tratava, todavia, de considerar que a obra histórica devesse ser, acima de tudo, uma obra-prima da prosa, nem de confundir historiografia e belas-letas. Daunou, estabelecendo a lista das "relações originais", quis destacar a superioridade de certos relatos históricos. Tratava-se daqueles em que o próprio autor foi protagonista ou observador dos acontecimentos – é o grande princípio da *autopsia* –, e, por essa razão, produziu-se uma adequação perfeita entre o conteúdo e o estilo, entre os fatos e as palavras.

Constata-se assim que a tradição relacionada à obra de Tucídides não era monolítica e que o historiador ateniense fez sua entrada, no século XIX, munido de interpretações que continham algumas das virtualidades fundadoras das grandes escolhas historiográficas desse período. Que escolhas foram essas que os Modernos, para construírem a história como "ciência", *wissenschaft*, recorreram às prescrições do método de um Antigo e ao peso da herança que acompanhava as leituras feitas de sua obra? Nossa intenção não é fazer um balanço dos numerosos estudos nessa área, mas propor algumas hipóteses.

119

2. A história como ciência: pontos de encontro com Tucídides

Desde o começo do século XIX, Tucídides foi lido, com muita atenção, como historiador político, pelos fundadores da universidade de Berlim, particularmente, por Niebuhr, que, por sua vez, influenciou Ranke e o aluno deste, Wilhelm Roscher, autor de um livro importante, *Leben, Werk und Zeitalter des Thukydides*, publicado em Göttingen em 1842. Para esses eruditos, "Tucídides foi o historiador de Atenas na época de Péricles" (ROSCHER 1842, prefácio, p. X), amante da verdade (TUCÍDIDES I, 20, 3; 22, 1.), dessa forma, superior em rigor e em exatidão, a *akribeia* (*Idem*, I, 22, 1 ; 22, 3). Talvez, ele fosse, mais ainda, o fundador de uma história contemporânea, antes de tudo política, que esclarecia os desafios do seu presente. Assim, Eduard Meyer pronunciou, em 15 de outubro de 1919, menos de um ano após o fim da Primeira Guerra Mundial, um discurso intitulado "Preussen und Athen". Arnaldo Momigliano notou, com perspicácia, que "Meyer se sentia como o Tucídides de uma Atenas vencida e Luciano Canfora mostrou, a respeito do mesmo discurso, que "à paz imposta a Atenas em 404 se sobrepujam a imagem e a experiência da rude paz de Versalhes" (Cf. SILVESTRE 1994, p. 341). Esses elementos eram bem conhecidos e foram destacados por obras importantes. Pensamos, particularmente, em *Tucidide nella storiografia moderna*, do qual foram extraídos os textos e as referências que acabamos de mencionar.

Preferimos destacar dois elementos de encontro entre Tucídides e a ciência alemã da Antiguidade, quando ela é pensada, simultaneamente, como ciência da

história em geral. O primeiro ponto diz respeito à autonomia da obra histórica, ligada à questão da escrita. Afirmando, de início, que seu primeiro gesto consistiu em “reunir por escrito (*xunegrapse*) a guerra dos peloponésios e dos atenienses”, Tucídides introduziu uma mudança radical em relação aos dois predecessores de que se apresentava como rival: Homero e Heródoto. Para Tucídides, não se tratava, somente, de mostrar que *sua* guerra era “maior” do que aquelas “do período anterior e das épocas mais antigas ainda”, isto é, as guerras Médicas e a guerra de Troia (TUCÍDIDES I, 1, 2). Com Tucídides, o importante não era, ou não era somente, a preservação do passado ou o passado na medida em que era preservado, de modo “que ele não desapareça com o tempo”, assim como também estabelecia o projeto de Heródoto desde a primeira frase de sua obra. O que merecia ser preservado era a obra histórica mesma, em razão do próprio fato de que foi escrita. Uma vez que o passado precisava da mediação do escrito para permanecer nas memórias, era a obra escrita que devia, em primeiro lugar, ser preservada. E, por isso mesmo, ela se tornaria um instrumento de inteligibilidade transmitido às gerações futuras, a fim de que essas pudessem compreender melhor o seu presente. Era por ser escrita que a obra tornar-se-ia um “conhecimento adquirido para sempre”. Disso resultava a escolha e a afirmação de Tucídides, na primeira frase de sua obra, que anunciava o *ktèma es aiei*. O “sempre” (*aiei*) envolvia a obra que “Tucídides de Atenas” escreve e destacava a ruptura com os registros anteriores de discurso. O que deveria subsistir “para sempre”, em sua autonomia, em sua completude, não eram mais as façanhas e os grandes feitos, os *erga*, dos heróis da epopeia; tampouco, eram os “acontecimentos (*genomena*) que sobrevêm através dos homens” (HERODOTO 1, 1) em Heródoto, ambos dependentes de uma forma de renome, de “glória”, de *kleos*. O que permanecia, mesclada com a escrita, era a obra histórica, designada como *ktèma*, como um “conhecimento adquirido”, resultado do conjunto das operações intelectuais que redundaram na obra escrita, essa obra que valia “para sempre”, “a guerra dos peloponésios e dos atenienses”. O acontecimento desaparecia por trás da obra, na obra.

Autonomia da obra histórica mesclada com a operação da escrita:¹² esse foi o aporte maior de Tucídides, exposto, imposto desde sua primeira frase (LORAUX 1986, pp. 139-161). E eis uma das razões – essa era essencial – pelas quais a universidade alemã conservou Tucídides, e não Heródoto, como pai e sustentáculo de uma ciência que iria produzir monumentos da historiografia, “catedrais de prosa” histórica. A instituição do “seminário” mereceria ser analisada nesse sentido.

O segundo ponto de encontro essencial, na nossa opinião, diz respeito à dimensão “política” da operação tucidiana. Recusando inscrever-se, no sentido da *historiè* de Heródoto, e, portanto, não desejando limitar-se nem aos “acontecimentos

¹² Existe uma escrita da história, uma “historiografia”, que faz agora parte, com Tucídides, do que Michel de Certeau nomeou de “operação historiográfica”, ou seja, o conjunto do processo histórico em sua própria elaboração.

que sobrevivem do comportamento dos homens”, versão ampla do projeto, nem “às pólis dos homens”, versão mais restrita, Tucídides destacou que não tinha por ambição fazer história, mas, na realidade, transformar o caso exemplar “da guerra dos peloponésios e atenienses” em ferramenta de ciência política para a direção das pólis. Seu objetivo era fazer da história de um conflito uma ferramenta para o futuro e, portanto, para o “historiador” continuar a agir por esse meio. Foi isso também o que descobriram todos os grandes especialistas da Antiguidade no século XIX. Para Niebhur, Droysen, Mommsen, a história era um instrumento de inteligibilidade do presente e fazer história era fazer política, era agir no presente, para o presente. Disso, Tucídides foi o modelo. Tucídides era um Antigo... moderno!

Tucídides era um historiador do presente, um historiador político, um historiador de um rigor sem igual, imposto pelos métodos de escrita e, desde sua origem grega, pelas regras da escrita em prosa. Tucídides era idealista, construtor da operação historiográfica. Esses pontos de convergência com a ciência histórica alemã inscreveram-se, também, no interior da história da relação privilegiada que os alemães, pelo menos desde Winckelmann, pensaram manter com a Grécia antiga. O lugar que ocupou Tucídides na constituição da história como ciência, na universidade prussiana, depois em toda Europa, deveria, igualmente, ser analisado como parte do que se chamou de “mito greco-alemão”. Seria preciso então recomeçar das palavras de Niebuhr: “A Grécia é a Alemanha da Antiguidade”. Em outros termos, Tucídides, revisitado assim pelos Modernos, teria ainda seu lugar entre os Antigos?

Referências Bibliográficas

AROUET, François Marie (VOLTAIRE). Histoire. **Encyclopédie**, t. VIII, 1765, p. 220-230.

_____. **Oeuvres complètes**, Paris, Garnier, 1878.

BRAVO, Benedetto. **Philologie, histoire, philosophie de l’histoire: étude sur J. G. Droysen historien de l’Antiquité**, 1968, rééd. Hildesheim, Georg Olms, 1988.

CREUZER, Georg Friedrich. **Die historische Kunst der Grieschen in ihrer Entstehung und Fortbildung**. Leipzig, G. J. Göschen, 1803, 2ème éd. 1845.

D’ABLANCOURT, Nicolas Perrot. Préface. In **L’Histoire de Thucydide, de la guerre du Péloponnèse, continuée par Xénophon**. Paris: A. Courbé, 1662.

DAUNOU, Pierre Claude François. **Cours d’études historiques**. T. VII. Paris: Didot, 1842.

GRELL, Chantal. **L’Histoire entre Érudition et Philosophie: étude sur la Connaissance Historique à l’Age des Lumières**. Paris: PUF, 1993.

- HORNBLOWER, Simon. The Fourth-century and Hellenistic Reception of Thucydides. **Journal of Hellenic Studies**, 115, 2, 1995, p. 47-68.
- KRIEGEL, B. **Les historiens et la monarchie**. Paris: P.U.F., 1988, rééd. coll. "Quadrige", 1996, sob o título : *L'histoire à l'Âge classique*, 3. Les Académies de l'histoire, p. 98-100.
- LORAU, Nicole. Thucydide a écrit la guerre du Péloponnèse. **Mètis**, I, 1, 1986, p. 139-161.
- MABLY, Gabriel Bonnot de. **De la manière d'écrire l'histoire**. Paris: Desbriere, 1782.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. L'histoire ancienne et l'Antiquaire. In _____. **Problèmes d'historiographie ancienne et moderne**. Paris: Gallimard, 1983, p. 244-293.
- MONOD, Gabriel. Les études historiques en France. **Revue internationale de l'enseignement**, XVIII, 1889.
- NIPPERDEY, Thomas. **Réflexions sur l'histoire allemande**. Paris, Gallimard, 1992.
- ROLLIN, Charles. **Œuvres complètes**: nouvelle édition accompagnée d'observations et d'éclaircissements historiques par M. Letronne. Paris: Firmin Didot, 1821-1825, vol. I-XII. (citado na reedição de 1846, em 10 volumes)
- _____. **Traité des études**. Paris: J. Estienne, 1726-1728.
- ROSCHER, Wilhelm. **Leben, Werk und Zeitalter des Thukydides**. Göttingen. 1842.
- SILVESTRE, Maria Luisa. I discorsi in Tucidide, uno stratagemma storico-politico. In _____. **B. G. Niebuhr – L. v. Ranke – W. Roscher – E. Meyer: Tucidide nella storiografia moderna**. A cura di C. Montepaone, G. Imbruglia, M. Catarzi, M. L. Silvestri. Napoli, Morando Editore, 1994.